

OS GÊNEROS E O PROUNI: o caso da Faculdade Governador Ozanam Coelho

Vanessa Aparecida Vieira Pires¹



RESUMO

Por muito tempo as mulheres sofreram forte exclusão em diversas áreas, como educação e mercado de trabalho, o que às vezes ainda acontece nos dias de hoje. Elas precisam aprender a costurar, cozinhar e cuidar da casa. Estudar e trabalhar fora eram atividades restritas aos homens, e pouquíssimas chegavam ao ensino superior. As relações de gênero e educação se tornaram mais visíveis nas pesquisas educacionais somente em meados dos anos de 1990, com reivindicações que visavam à superação, no âmbito do Estado e das políticas públicas, de medidas contra a discriminação da mulher. Entre as políticas públicas educacionais tem-se o ProUni, que visa oferecer bolsas de estudos parciais e integrais em instituições e ensino particulares. Observou-se que as mulheres são maioria entre os alunos bolsistas, tanto em nível nacional quanto na FAGOC, onde a pesquisa foi realizada. A FAGOC oferece nove cursos de ensino superior, entre os quais sete foram objeto deste estudo.

Palavras-chave: Educação superior. Políticas públicas. Democratização. Acessibilidade.

INTRODUÇÃO

O investimento em educação é um fator essencial para o desenvolvimento econômico de

uma nação. Mankiw (2007) apresenta a equação de produção, ou seja, crescimento, de uma economia como função de vários fatores, entre os quais está a qualificação da mão de obra. Assim, quanto mais qualificada uma nação, maior é seu potencial de produção e produtividade. Nesse contexto, muitos são os países que entendem esse conceito e buscam implantar programas de melhoria da qualidade de sua mão de obra. Dessa forma, pode-se dizer que é consenso que investir em educação é essencial para o desenvolvimento econômico e social.

A decisão de investir deve ser analisada de modo que o investimento traga o retorno esperado. De acordo com Mankiw (2007), a decisão é correta se um incremento no que se investe retorna resultados maiores do que o que foi investido. Como exemplo, ele cita que um aumento de 10% nos investimentos em educação retorna 10% ou mais na redução da evasão escolar. Assim, é necessário que haja equilíbrio nas oportunidades das diferentes características da população brasileira.

Nunes (2007) afirma que a educação corresponde a um dos mais importantes assuntos operacionais e estratégicos a serem discutidos pela população e pelo governo. Não obstante, acredita que o Estado brasileiro, através de suas decisões e práticas realizadas na área, ainda não atingiu tal fim. A autora defende também que a administração pública permitiu o crescimento do ensino superior pela iniciativa privada sem tirar vantagens e sem controlar os resultados desse processo.

Nesse sentido, o período dos anos de 1990 estava repleto de reformas educacionais que levavam em consideração a estrutura curricular, a

1 Doutoranda em Educação pela Universidad Nacional de La Plata. Mestre em Ciência Florestal (2007) pela Universidade Federal de Viçosa - MG, na área de Economia, Política, Administração e Otimização Florestal. Graduada em Administração de Empresas pela UFV (2003). Professora e Coordenadora do curso de Administração da Faculdade Governador Ozanam Coelho – FAGOC, Ubá-MG. E-mail: coordadm@fagoc.br

formação docente e também aspectos específicos como gênero, raça e direitos humanos.

Considera-se importante salientar que as mudanças vivenciadas a partir da década de 1990 na educação brasileira estão envoltas na evolução das Leis de Diretrizes e Bases (LDBs) e, especialmente, no uso de Políticas Públicas Educacionais voltadas para a construção de uma educação inclusiva, cidadã e de qualidade.

A intersecção das relações de gênero e educação ganhou maior visibilidade nas pesquisas educacionais somente em meados dos anos de 1990, com avanços na sistematização de reivindicações que visam à superação, no âmbito do Estado e das políticas públicas, de uma série de medidas contra a discriminação da mulher (VIANNA; UNBEHAUM, 2004).

Dessa forma, a questão dos gêneros passou a ter atenção na área educacional, visando à diminuição das desigualdades entre eles.

Gramaticalmente, o gênero é compreendido como classificação, como o modo de expressão do sexo, real ou imaginário dos seres, como atribuição do masculino e do feminino. O gênero, para Scott (1995, p. 14), pode ser entendido como um “elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos (e como) um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

Entre as diversas políticas públicas de educação desenvolvidas no Brasil, tem-se o Programa Universidade para Todos (ProUni), que visa promover bolsas parciais (50%) e integrais em entidades privadas de nível superior aos alunos que não conseguem ingressar em uma instituição de ensino superior pública.

De acordo com Rodrigues e Moreno (2014), o Brasil registrou 7.305.977 estudantes matriculados em cursos de graduação no ensino superior em 2013, segundo dados do Censo da Educação Superior divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). São 268.289 matrículas a mais que em 2012, um crescimento de 3,8%, sendo 1,9% na rede pública e 4,5% na rede privada. Ainda segundo os mesmos autores, deste total de estudantes

universitários, 5,3 milhões (73,5%) estão nas instituições particulares. O restante (1,9 milhão) se divide entre instituições federais (1,1 milhão), estaduais (604 mil) e municipal (190 mil).

Assim, o presente trabalho visa analisar as bolsas do PROUNI distribuídas na Faculdade Governador Ozanam Coelho (FAGOC), situada em Ubá-MG-Brasil, e sua relação com os gêneros. Dessa forma, espera-se responder ao seguinte questionamento: existe alguma relação entre a distinção de gêneros e o número de alunos bolsistas do PROUNI na FAGOC?

A FAGOC tem quinze anos de existência e atualmente conta com nove cursos de graduação, a saber: Administração, Comunicação Social – habilitação em Jornalismo, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito, Educação Física Licenciatura, Educação Física Bacharelado, Psicologia e Medicina.

REFERENCIAL TEÓRICO

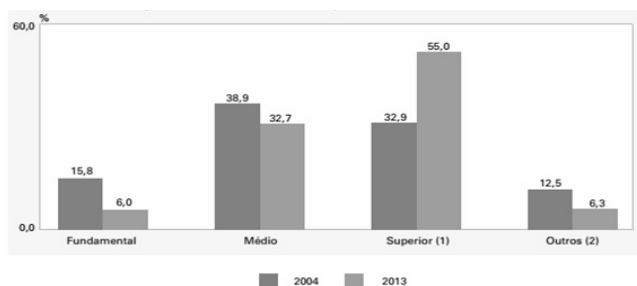
Políticas Públicas Educacionais

As políticas públicas educacionais são aquelas que fornecem sustentação para a regulamentação e condução do sistema de ensino (OLIVEIRA, 2010). O autor alega que o campo da educação é muito vasto, pois tudo que pode ser absorvido e aprendido em qualquer tipo de relação social está inserido no processo de educação. Logo, a vertente escolar existe através da delimitação da educação por meio de um contexto sustentado pelas políticas públicas.

De acordo com Belloni et al. (2001), “a avaliação de política pública é um dos instrumentos de aperfeiçoamento da gestão do Estado que visam ao desenvolvimento de ações eficientes e eficazes em face das necessidades da população”.

Os dados apresentados a seguir justificam o fato de que, no Brasil, as políticas educacionais surtiram resultados positivos no médio e longo prazos. A Figura 1 apresenta um comparativo, entre os anos de 2004 e 2013, da distribuição de estudantes de 18 a 24 anos de idade, segundo o nível de ensino frequentado. Os dados exibem claramente a evolução do percentual de jovens matriculados em cursos superiores.

Figura 1 – Distribuição dos estudantes de 18 a 24 anos de idade segundo o nível de ensino frequentado – Brasil – 2004/2013



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por amostra de domicílios 2004/2013. (1) Inclusive Mestrado e Doutorado. (2) Pré-vestibular, supletivo e alfabetização e adultos.

Com isso, é correto afirmar que houve uma redução no percentual de jovens que estão “atrasados” em relação ao nível de ensino que deveriam estar cursando nessa faixa de idade, uma vez que, no Brasil, espera-se que, após os 18 anos, o jovem esteja concluindo o ensino médio. Também é correto afirmar que esses índices apresentam um indicador de abandono precoce. Porém, os dados não nos permitem observar se as características da população brasileira, suas

dicotomias, suas diferenças de credos, raças e gêneros estão contempladas.

O ensino superior no Brasil atingiu, em 2013, 7.037.688 matrículas na graduação, o que representa crescimento de 4,4% em relação a 2011. Desse total, o número de matrículas nas instituições públicas chegou a 1.087.413 e, nas privadas, a 5.140.312. Nas escolas privadas, houve crescimento de 3,5% e, nas públicas, de 7%. Os dados são do Censo da Educação Superior (MEC, 2015).

No que concerne ao modo como as políticas públicas vêm sendo elaboradas e implementadas, considerando o Brasil um país capitalista e multicultural e multiétnico, estruturado sob a vertente neoliberal, acredita-se que, devido à baixa intervenção do Estado, ocorrem distorções na educação, saúde, pesquisa, entre outras. Ou seja, considera o modelo neoliberal adotado como agravante do processo de exclusão social vigente no país, e diz-se social no sentido amplo da palavra, condicionando-a a credos, gêneros e raças.

No intuito de apresentar as ações referentes ao ensino superior no Brasil, o Quadro 1 expõe, de forma sintética, as características de cada programa vigente, segundo o Ministério da Educação (MEC, 2015).

Quadro 1: Ações e programas voltados para o ensino superior no Brasil

Programa	Descrição	Objetivo
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior	Avaliar Instituições de Ensino, cursos e desempenho dos alunos.
e-MEC	Sistema de Regulação do Ensino Superior	Regularizar e cadastra instituições e seus respectivos cursos oferecidos.
Supervisão		Fiscalizar as instituições e seus cursos no intuito de garantir o cumprimento da legislação existente no que concerne ao modo como o ensino está sendo posto em prática.
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais	Dilatar o acesso e permanência de alunos na educação superior através de: aumento do número de vagas, redução de custos por aluno, abertura e ampliação de novos cursos noturnos, combate às desistências, entre outros.
PET	Programa de Educação Tutorial	Contribuir para desenvolvimento de alunos através das atividades de pesquisa, extensão e tutoria.

ProExt	Programa de Extensão Universitária	Apoiar projetos de extensão nas instituições superiores públicas relacionados às políticas públicas e sua fixação.
Incluir	Programa de Acessibilidade na Educação Superior	Garantir o acesso às instituições de nível superior para pessoas com deficiência.
Promisaes	Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior	Viabilizar a educação de estrangeiros provenientes de países que possuem acordos com o Brasil nas áreas da cultura e educação.
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil	Contribuir para a manutenção de alunos de baixa renda nas instituições públicas de ensino superior de modo a evitar possíveis desistências e repetências. São oferecidas bolsas alimentação, transporte, moradia, cultura, saúde, entre outras.
Fundações de Apoio		Apoiar projetos voltados para o ensino, pesquisa e desenvolvimento das instituições os quais são de interesse das entidades federais de ensino e de pesquisa.
Programa IES MEC-BNDES	Parceria entre o Ministério da Educação e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Financiar instituições públicas e privadas de nível superior que possuem bom desempenho educacional.
Proies	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior.	Viabilizar as ações das mantenedoras de instituições de ensino superior através da recuperação tributária e do aumento do prazo de suas dívidas federais.
ProUni	Programa Universidade para Todos	Prover bolsas de estudos parciais (50%) e integrais em entidades privadas de nível superior.
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil	Financiar estudantes em suas graduações.
Hospitais Universitários		Formar recursos humanos para atuação na área da saúde e desenvolver tecnologias aplicadas à área. Beneficiar a população através do atendimento hospitalar.
Residência médica		Oferecer especialização para médicos nas instituições de saúde sob orientação de profissionais da área.
Celpe-Bras	Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros	Certificar estrangeiros com resultados satisfatórios nos testes de língua portuguesa elaborados pelo MEC.
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação	Permitir a graduação superior para estudantes de origem estrangeira cujos países em desenvolvimento possuem acordos culturais e educacionais com o Brasil.
Marca	Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados	Melhorar a qualidade do ensino e permitir a mobilidade de discentes, docentes e pesquisadores entre instituições nacionais e estrangeiras.
IGC	Índice Geral de Cursos	Fornecer uma média ponderável do desempenho de todos os cursos existentes em uma instituição de ensino superior.
Enade	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes	Mensurar o rendimento dos estudantes que ingressam e finalizam a graduação e de seus respectivos cursos.
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência	Oferecer bolsas no ensino superior para estudantes que se comprometam a estagiar e exercer o magistério nas escolas públicas durante e após a graduação.

Lei de Incentivo à Pesquisa	Oferecer redução fiscal para empresas que invistam em pesquisas das instituições públicas.
-----------------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Entendendo o PROUNI

Destacado em negrito no Quadro 1, o Programa Universidade para Todos - ProUni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Foi criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa (MEC, 2015).

De acordo com o MEC (2015), para concorrer às bolsas integrais, o candidato deve ter renda familiar bruta mensal de até um salário mínimo e meio por pessoa. Para as bolsas parciais (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa.

Além disso, o candidato deve satisfazer pelo menos uma das condições abaixo:

- ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública;

- ter cursado o ensino médio completo em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola;

- ter cursado o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola privada;

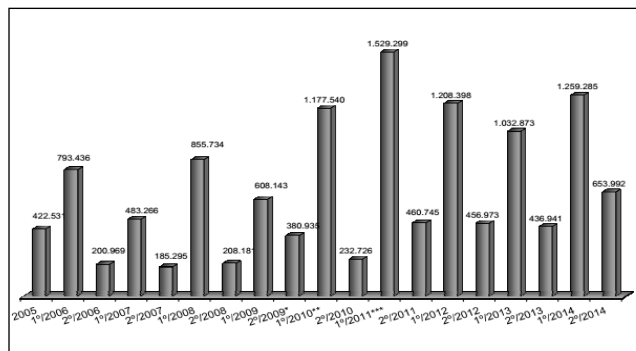
- ser pessoa com deficiência;

- ser professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e integrando o quadro de pessoal permanente da instituição pública e concorrer a bolsas exclusivamente nos cursos de licenciatura. Nesses casos não há requisitos de renda.

O número de alunos inscritos no Prouni atingiu seu ponto máximo em 2011, somando um

total de 1.990.044 inscritos, contra 1.913.277, em 2014, como pode ser observado na Figura 2.

Figura 2 - Inscritos por processo seletivo do Prouni

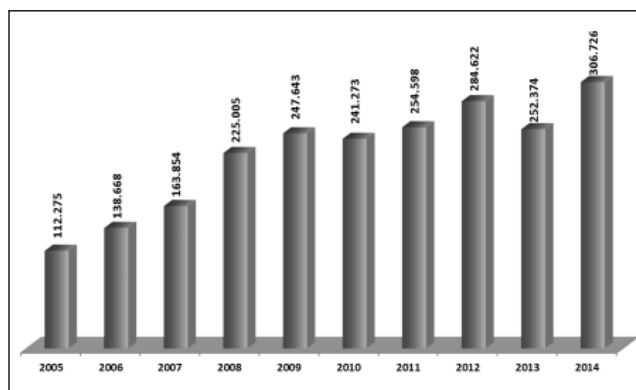


Fonte: Sisprouni, 06 jan. 2015.

Entretanto, 2014 teve o maior número de bolsas ofertadas, desde que foi institucionalizado, em 13 de janeiro de 2005. Os dois processos seletivos de 2014 somaram 306.726 bolsas ofertadas, com predominância de bolsas integrais (205.237), conforme dados do Sisprouni, sistema informatizado do programa.

Ao todo, desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2014, o ProUni já atendeu mais de 1,4 milhão de estudantes (Figura 3), sendo 70% com bolsas integrais.

Figura 3 - Bolsas ofertadas por ano



Fonte: Sisprouni, de 06/01/2015

As bolsas do Prouni são ofertadas tanto para a modalidade de ensino presencial quanto para o ensino à distância. Entretanto, a quantidade de bolsas no ensino presencial prevalece, chegando a 85% das bolsas distribuídas.

Os Gêneros e a Educação

Somente após a vinda da família real de Portugal para o Brasil, em 1808, é que surgiu a primeira universidade no País, destinada apenas a homens. Entretanto, as mulheres só tiveram a oportunidade de ingressar em uma universidade décadas depois.

Por muito tempo os homens foram maioria nas universidades, porém a realidade do século passado mudou, e elas já são maioria há pelo menos duas décadas. Um levantamento feito pelo MEC apontou que em 1991 as mulheres representavam 59,9% das pessoas que se formavam no País. Em 2012, essa participação subiu para 61,2%. Em números absolutos, 643 mil estudantes do sexo feminino se formaram em 2012, diante de 407 mil do sexo masculino.

Em 2013, entre os 10 maiores cursos de graduação em número de matrículas, o censo mostra que 55,5% dos matriculados nas instituições são mulheres, e dos alunos concluintes, 59,2% são mulheres. Ainda em 2013 as bolsas para o Programa Universidade para Todos (ProUni) foram da ordem de 213.113 bolsas, sendo 135.616 integrais e 77.497 parciais. Essas bolsas foram divididas em 53% para o sexo feminino e 47% para o sexo masculino (BRASIL, 2015).

METODOLOGIA

Visando analisar as bolsas do ProUni distribuídas na Faculdade Governador Ozanam Coelho (FAGOC), foi feito um levantamento do número de bolsas ofertadas no último ano pela instituição.

A FAGOC tem quinze anos de existência e atualmente conta com nove cursos de graduação. Entretanto, por serem cursos que tiveram início justamente em 2014, Psicologia e Medicina não fizeram parte dessa pesquisa, restando para tanto os cursos de Administração, Comunicação

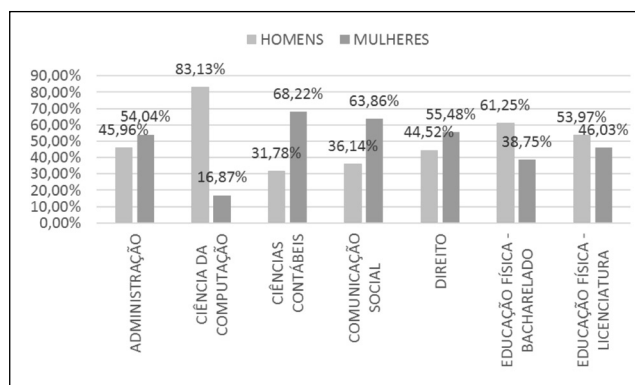
Social – habilitação em Jornalismo, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito, Educação Física Licenciatura, Educação Física Bacharelado, Psicologia e Medicina.

A coleta de dados foi feita através do sistema integrado de gestão acadêmica utilizado pela instituição, chamado SIGA, onde existe o cadastro de todos os alunos matriculados na instituição. E sua análise foi feita com o auxílio de planilhas eletrônicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os dados observados, em 2014 a FAGOC tinha 1030 alunos matriculados entre os sete cursos analisados, entre os quais 52,14% de mulheres, contra 47,86% de homens. Na Figura 4 estão apresentados os alunos por curso, bem como sua distinção por gêneros.

Figura 4 – Alunos matriculados por curso – FAGOC – 2014



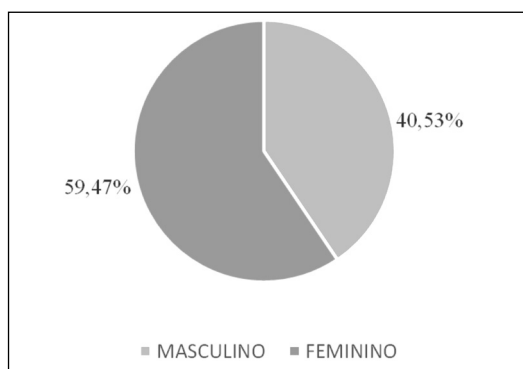
Fonte: Elaborado pela autora.

É possível observar que em alguns cursos o número de homens supera o de mulheres, com destaque para o curso de Ciência da Computação, que é uma área em que o mercado de trabalho é ocupado em sua maioria por homens. Em segundo lugar está o curso de Educação Física – Bacharelado. Já no curso de Ciências Contábeis, as mulheres é que são maioria. Elas também são maioria nos cursos de Administração e Comunicação Social.

Em relação às bolsas do ProUni distribuídas na FAGOC em 2014, tem-se um total de

190. Entre os alunos bolsistas, 59,47% são mulheres e 40,53% são homens, conforme Figura 5. É possível observar que a FAGOC segue a tendência do Brasil na distribuição de bolsas, uma vez que, de acordo com dados apresentados anteriormente, da maioria das bolsas do ProUni que foram distribuídas em 2013 no País, 53% foram para o sexo feminino e 47% para o sexo masculino.

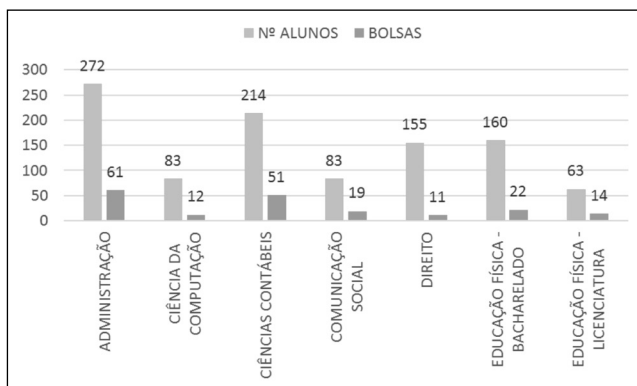
Figura 5 – Bolsas por gênero – FAGOC – 2014



Fonte: Elaborado pela autora.

A distribuição das bolsas nos sete cursos analisados está apresentada na Figura 6.

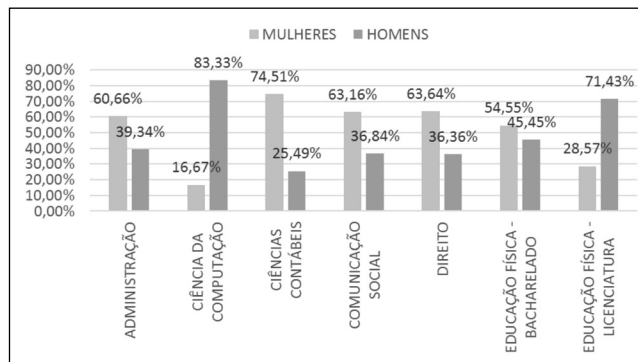
Figura 6 – Distribuição de bolsas do ProUni x número de alunos matriculados por curso



Fonte: Elaborado pela autora.

Os cursos que distribuíram mais bolsas foram os de Administração e de Ciências Contábeis. Entretanto, o que interessa aqui é saber como essas bolsas foram distribuídas entre os gêneros. Assim, faz-se necessária a observância da Figura 7.

Figura 7 – Bolsas distribuídas por gêneros em cada curso – FAGOC – 2014



Fonte: Elaborado pela autora.

Como nos cursos de Ciência da Computação e Educação Física – Bacharelado a maioria dos alunos é do sexo masculino, evidenciou-se que a distribuição de bolsas do ProUni seguiu a mesma tendência.

Observando os resultados apresentados, percebe-se que a FAGOC acompanha o resultado do País, onde o número de mulheres beneficiadas com o programa é maioria. Isso pode refletir uma mudança de comportamento das mulheres – principalmente nos últimos 20 anos. Essa maioria é bastante significativa sociologicamente, uma vez que desconstrói o senso comum – principalmente no que diz respeito à diferença de gêneros.

Quando se fala na diferença entre homem e mulher, dois pontos são levantados: intelectualidade e sentimentalidade. Diversas pesquisas já foram realizadas abordando a diferença entre homens e mulheres. O senso comum estabeleceu uma diferença crucial entre os sexos: os homens são mais rápidos e inteligentes, já as mulheres são frágeis e discriminadas. Essa ideia é empírica. Essa diferença é irreal. Muitos confundem costumes, tradições e valores culturalmente enraizados como uma ordem, uma norma. Mas os dados encontrados sugerem uma nova abordagem e um paradigma descoberto: a média de mulheres que têm buscado qualificação é maior que o número de homens. Entretanto, infelizmente, elas ainda lutam por melhores oportunidades de trabalho, melhores salários e por reconhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das contribuições desta pesquisa é o debate da dicotomia das desigualdades de gênero. Um país que conhece a sua população tem mais chances de investir melhor seus recursos para enfrentar desigualdades. E foi sob esse olhar que a pesquisa buscou comparar os dados nacionais com o encontrado na IES estudada, a FAGOC.

O resultado revelou que está se consolidando uma mudança sociológica na compreensão das desigualdades de gênero no Brasil. A comparação revela um número superior de mulheres atendidas pelo programa do governo federal.

Os números aqui disponibilizados deveriam ser lidos por gestoras e gestores públicos, pesquisadores e pesquisadoras, e especialistas, para embasamento de análises das políticas públicas que busquem a equidade. Os números revelam uma mudança social.

REFERÊNCIAS

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**: uma experiência em educação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: síntese dos indicadores 2013. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2013/Sintese_Indicadores/sintese_pnad2013.pdf. Acesso em: 07 abr. 2015.

MANKIW, N. G. **Introdução à economia**. 3. ed. São Paulo: Thomson, 2007.

MEC. Ministério da Educação. Programa Universidade para Todos. PROUNI. Disponível em: <http://siteprouni.mec.gov.br/>. Acesso em: 08 mar. 2015.

NUNES, E. Desafio estratégico da política pública: o ensino superior brasileiro. **Rev. Adm. Pública** [online], 2007, v. 41, n. spe, p. 103-147. ISSN 0034-7612. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122007000700008>. Acesso em: 07 abr. 2015.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de.

Fronteiras da educação: tecnologias e políticas. Goiânia-Goiás: PUC Goiás, 2010.

RODRIGUES, M.; MORENO, A. Matrículas no ensino superior sobem 3,8% e atingem 7,3 milhões de alunos. **O Globo**, 09 set. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/09/matriculas-no-ensino-superior-sobem-38-e-atingem-73-milhoes-de-alunos.html>. Acesso em: 07 abr. 2015.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas de educação. **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas, Autores Associados, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 77-104.